

Um oitavo do tempo

O Congresso Nacional encerra hoje seu período normal de atividade legislativa deste semestre, e o faz, por coincidência, com os olhos voltados para a mesma pessoa que foi também a personagem central do primeiro dia de atividades, a 1º de março último: o Presidente Figueiredo. Há, entretanto, uma significativa diferença entre os dois eventos. Se no primeiro dia de atividade o Parlamento estava recebendo a mensagem presidencial, hoje o assunto é a saúde do Chefe do Governo, que pede licença para viajar aos Estados Unidos.

Neste primeiro semestre, o Congresso tem de ser analisado dentro da realidade política do País. Não cabe a cobrança de tarefas que não estão na sua competência ou na sua capacidade de resolver. E nem se pode julgar uma instituição respeitável e imprescindível à democracia apenas à base da coleta esparsa, aleatória, de fatos ou de pessoas que integram o legislativo, por mais consideradas que possam ser.

O Congresso é um organismo complexo, formado por cidadãos oriundos de todas as regiões, classes e filosofias. É um espelho razoável da realidade social brasileira, com seus numerosos tipos humanos e características culturais. Ao mesmo tempo, é o Parlamento uma instituição que se divide, internamente, em numerosas funções e responsabilidades, que vão do simples discurso de pinga-fogo até responsabilidades bem mais pesadas, de natureza legislativa ou institucional.

Para um Congresso substantivamente renovado e acrescido de novas cadeiras, quatro meses de trabalho constituem prazo muito curto para se emitir conceitos de valor. Mas é prazo razoável para algumas observações.

A primeira é que, felizmente para todos, prevalecem no Legislativo oriundo das urnas de novembro as correntes da moderação e do bom senso, tanto do lado governista quanto no da Oposição. Prova disso, por exemplo, é o acordo PDS-PTB. Outra conclusão é que as minorias radicais, como sempre acontece, mesmo sendo insignificantes em número, têm

o dom de criar crises ou de agravar as já existentes. O comportamento anômalo e negativo de indivíduos ou de pequenos grupos só não causou maiores problemas porque a maioria de bom senso logrou apagar pequenos focos de incêndio e manter o comboio sobre os trilhos.

Outra conclusão que se impõe é que a instituição legislativa carece de atualização. Os próprios dirigentes do Parlamento são conscientes disso, como o demonstra a modificação feita, no apagar das luzes da sessão legislativa do semestre, introduzindo algumas substanciais inovações no regimento interno da Câmara.

E certo que a devolução de prerrogativas faz parte dessa atualização da instituição parlamentar. Mas assim como não há nenhuma lei da natureza dizendo que jamais o Congresso recuperará seus poderes perdidos, também não há qualquer determinismo histórico no sentido de que isso venha a ocorrer apenas por conta da inércia dos fatos. É preciso diálogo político, além de participação, para que o Congresso tenha restaurado alguns de seus direitos. E esse pode ser o grande projeto para o segundo semestre.

No conjunto, portanto, é necessário evitar os julgamentos apressados. Este foi o primeiro período de atividades de um Congresso que tem sobre seus ombros algumas tarefas fundamentais. Entre elas, a eleição do sucessor do Presidente Figueiredo, como parte do Colégio Eleitoral. A normalização institucional plena. A aprovação de leis consuetâneas com as necessidades do País. Enfim, o pleno exercício de todos os seus poderes constitucionais.

Não se deu um mandato de um semestre aos congressistas, mas de quatro anos. O período que termina hoje, portanto, é apenas um oitavo do tempo de seu trabalho político e legislativo. Se não é tempo suficiente para realizar nenhuma obra duradoura, pelo menos constitui um prazo útil para reflexões que interessam tanto aos parlamentares quanto aos seus eleitores.